

OTP S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

OTP S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

OTP S.A.

Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração

A Administração da OTP permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais stakeholders, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações de seus endividamentos, da monetização de ativos contingentes e da mitigação de passivos contingentes.

Em 2023, dando sequência ao processo de desmobilização de seus ativos, a Companhia concluiu a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e na Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca").

Com a alienação da CRO, as garantias prestadas pela OTP S.A. e pela OTP Rodovias S.A., da ordem de R\$ 1 bilhão, foram liberadas e as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas.

Com a alienação do VLT Carioca, as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Mobilidade S.A., no âmbito do financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 134 milhões, foram liberadas, bem como foi dada quitação de todas as obrigações constantes do Acordo de Acionistas da investida e o processo de arbitragem foi extinto.

Ao final do exercício, houve também avanço no processo de alienação da participação societária detida na Concessionária Litoral Norte S.A., com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024.

Ainda no âmbito das desmobilizações, a Administração permanece empenhada em busca da conclusão, pela controlada Agrovía do Nordeste S.A., do processo de rescisão do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape – PE ("Contrato de Arrendamento"), junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério dos Portos e Aeroportos.

Adicionalmente, a Administração pretende dar sequência ao encerramento do Contrato de Parceria Público-Privada firmado pela Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. com o Estado de Goiás, em 2014, uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para eficácia do referido contrato.

Em 9 de junho de 2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Rio Trens Participações S.A. ("RTP") e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"). Com a aprovação do Plano, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal.

No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, evitando potenciais execuções judiciais ou excussões de garantias disruptivas para a Companhia. Com os avanços nos processos de desmobilização de ativos e desonerações de garantias, a OTP segue em tratativas com seus credores para reestruturação do seu endividamento.

Rentabilidade

O resultado negativo de R\$ 208.185 decorre principalmente do resultado financeiro negativo de R\$ 132.103 e do resultado de participações societárias no montante de R\$ 56.299, impactado principalmente pelo reflexo das variações do patrimônio líquido da Supervia.

O EBITDA da Companhia e suas controladas foi negativo de R\$ 26,5 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 6,5 milhões, quando comparado ao ano de 2022. Essa piora está relacionada ao acréscimo de gastos com assessorias financeira e jurídica, em função da conclusão da alienação dos ativos, destacando-se os custos com o encerramento do processo arbitral do VLT Carioca.

O resultado financeiro teve um incremento negativo de 2,5% quando comparado a 2022, sendo:

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2023	2022	Var. (%)
Receitas Financeiras	38.631	5.161	648,5%
Despesas Financeiras	(170.734)	(133.986)	27,4%
Resultado Financeiro Líquido	(132.103)	(128.825)	2,5%

O acréscimo das receitas financeiras decorreu principalmente da variação no valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações. Por outro lado, o aumento nas despesas financeiras decorreu em especial pela apropriação de juros sobre as dívidas corporativas que foram afetadas pela variação do CDI (em 2023, o CDI acumulado ao longo dos 12 meses foi de 13,04%, enquanto o de 2022 foi de 12,38%).

Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração da Companhia ("CA-OTP") é composto por até (7) sete membros. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 4 (quatro) membros e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 3 (três) membros.

Os membros do CA-OTP são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do CA-OTP, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do CA-OTP, atualmente são integrados por membros ou não membros do CA-OTP.

Compliance

A OTP, desde a finalização do processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras em 2020 e do direcionamento estratégico definido por seus Acionistas, em 2017, no sentido de desmobilização das suas operações, vem seguindo sua diretriz de atuação empresarial responsável e diligente respaldada na manutenção do seu Programa de Conformidade, adequada à dimensão da sua operação. Neste sentido, mantém vigente Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades que atentem contra seu Código de Ética e Conduta) e Plataforma Digital para análise reputacional de prestadores de serviços (CNPJ) e de novos integrantes (CPF), quando aplicável, ambos sistemas administrados por Terceiros.

Mensalmente, são realizadas reuniões dos membros do Comitê de Conformidade da Companhia para atualizações sobre a Conformidade da Companhia.

Pessoas

Com a alienação da CRO, o Grupo encerrou o exercício com um efetivo de 7 colaboradores. Esse número reflete a proximidade de conclusão do processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo, desde 2017, de forma planejada, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos nesta reta final da Companhia.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
OTP S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da OTP S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2023: i) passivo circulante superior ao ativo circulante nos montantes, individuais e consolidado, de R\$ 1.021.373 mil e R\$ 1.029.602 mil, respectivamente; ii) prejuízo do exercício, individual e consolidado, de R\$ 206.371 mil e R\$ 208.222 mil, respectivamente e iii) As controladas Agrovia do Nordeste S.A. e Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. não mantêm atividades operacionais. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Ênfase

Concretização das transferências de controles acionários de controladas indiretas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa a concretização da transferência do controle acionário da controlada indireta Concessionária Rota do Oeste S.A (“CRO”) e a alienação da participação societária indireta na Concessionária do VLT Carioca S/A (“VLT Carioca”), em 02 de maio de 2023 e 14 de julho de 2023, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OTP S.A.

Balanços patrimoniais

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	119.722	65.400	191.301	113.305	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645
Demais contas a receber	8		38.858		68.155	Fornecedores		1.671	2.024	2.577	2.331
Tributos a recuperar		5.625	4.132	9.340	9.192	Obrigações sociais e trabalhistas		3.041	2.054	4.221	5.729
Dividendos a receber	11(d)	1.553	4.125		1.492	Impostos, taxas e contribuições sociais		99	137	1.122	1.259
Outros contas a receber com partes relacionadas	9	3.432	4.077	1.912	2.452	Arrendamento mercantil operacional	14	686	424	686	424
Outros ativos		201	735	669		Dividendos a pagar	9			1.035	1.755
		130.533	117.327	203.222	194.596	Outros passivos		6.328	6.327	8.178	8.144
								1.151.906	993.305	1.232.824	1.065.287
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)	5.455		5.455	2.126.693	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)				2.126.693
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamento mercantil operacional	14	25.363	23.434	25.363	23.434
Títulos e valores mobiliários	7			131.679	126.431	Partes relacionadas	9	97.476	88.589	58.708	49.822
Partes relacionadas	9	5.292	4.765			Provisão para perda de investimento	11	23.445	12.162		
Outros ativos			53	8.966	9.019	Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	15	1.439	1.286	1.485	1.286
		5.292	4.818	140.645	135.450	Outros passivos				11.956	11.810
								147.723	125.471	97.512	86.352
Investimentos	11	245.043	287.735	19.483	78.450	Total do passivo		1.299.629	1.118.776	1.330.336	3.278.332
Imobilizado	12	14.493	16.509	70.799	70.695	Passivo a descoberto					
Intangível				1	5	Capital social	16 (a)	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
		259.536	304.244	90.283	149.150	Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Total do ativo não circulante		264.828	309.062	230.928	284.600	Ajuste de avaliação patrimonial	16 (b)	31.513	31.373	31.513	31.373
						Prejuízos acumulados		(3.162.522)	(2.955.956)	(3.162.522)	(2.955.956)
								(898.813)	(692.387)	(898.813)	(692.387)
Total do ativo		400.816	426.389	439.605	2.605.889	Participação dos acionistas não controladores				7.003	19.372
						Participação dos acionistas não controladores nas operações descontinuadas				1.079	572
						Total do passivo e passivo a descoberto		400.816	426.389	439.605	2.605.889

OTP S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	11 (b)	(96.090)	(15.687)		
Gerais e administrativas	17	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)
Outras receitas e despesas, líquidas	17	1.288	1.507	981	(10.120)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>(108.034)</u>	<u>(26.037)</u>	<u>(28.193)</u>	<u>(33.741)</u>
Resultado de participações societárias	11 (e)			(56.337)	3.328
Resultado financeiro, líquido	18	<u>(157.767)</u>	<u>(123.485)</u>	<u>(132.103)</u>	<u>(128.825)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(265.801)</u>	<u>(149.522)</u>	<u>(216.633)</u>	<u>(159.238)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente				(63)	(23)
Prejuízo das operações continuadas		<u>(265.801)</u>	<u>(149.522)</u>	<u>(216.696)</u>	<u>(159.261)</u>
Operações descontinuadas					
Resultado das operações descontinuadas	10 (b)	59.430	(9.839)	8.474	748
Prejuízo do exercício		<u>(206.371)</u>	<u>(159.361)</u>	<u>(208.222)</u>	<u>(158.513)</u>
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(206.371)	(159.361)
Participação dos não controladores				(1.289)	1.334
Participação dos não controladores nas operações descontinuadas				(562)	(486)
Prejuízo do exercício				<u>(208.222)</u>	<u>(158.513)</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)	19	<u>(0,96)</u>	<u>(0,74)</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)
Total do resultado abrangente do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Participação dos não controladores			(1.851)	848
	(105.982)	(66.979)	(106.739)	(66.040)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(265.801)	(149.522)	(216.696)	(159.261)
Operações descontinuadas	59.430	(9.839)	8.474	748
Resultado abrangente do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações contábeis individuais e consolidadas.

OTP S.A.

Demonstração das mutações do passivo a descoberto Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos acionistas não controladores	Total do passivo a descoberto
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.610.713	621.483	30.826	(2.796.595)	(533.573)	30.820	(502.753)
Prejuízo do exercício					(159.361)	(159.361)	848	(158.513)
Total resultado abrangente do exercício					(159.361)	(159.361)	848	(158.513)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)			547		547	432	979
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores							(10.400)	(10.400)
Dividendos de controladas destinados a não controladores							(1.756)	(1.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.610.713	621.483	31.373	(2.955.956)	(692.387)	19.944	(672.443)
Prejuízo do exercício					(206.371)	(206.371)	(1.851)	(208.222)
Total resultado abrangente do exercício					(206.371)	(206.371)	(1.851)	(208.222)
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores	10 (c)						(9.317)	(9.317)
Aumento de capital em controladas realizado por não controladores							19	19
Dividendos de controladas destinados a não controladores	10 (d)						(763)	(763)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)			(55)		(55)	55	
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida	16 (b)			195	(195)			
Outros	16 (b)						(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.610.713	621.483	31.513	(3.162.522)	(898.813)	8.082	(890.731)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(265.801)	(149.522)	(216.633)	(159.238)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	59.430	(9.839)	12.493	11.055
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas				
Resultado de equivalência patrimonial	96.090	15.687	56.299	(3.328)
Outros ajustes de equivalência patrimonial			38	
Depreciação e amortização	2.012	2.022	2.044	2.061
Baixa de ativo imobilizado e intangível	5	16	18	1.319
Ajuste a valor presente	2.742	2.491	2.742	2.491
Juros e variações monetárias, líquidos	165.557	140.291	165.862	148.894
Provisão para contingências	153	1.286	199	1.286
Ajuste a valor justo			(21.334)	7.498
Outros	(1.542)	(3.439)	(1.542)	1.420
Total dos ajustes	265.017	158.354	204.326	161.641
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) nas operações descontinuadas	(59.430)		57.916	394.567
Lucro (prejuízo) ajustado das operações descontinuadas		(9.839)	70.409	405.622
Variações dos ativos e passivos				
Demais contas a receber	39.746	38.588	69.713	67.683
Tributos a recuperar	(1.493)	(1.579)	(2.258)	(4.129)
Outros ativos	1.232	(199)	1.901	12.400
Fornecedores	(353)	(1.142)	(1.742)	(1.931)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	949	1.008	(1.358)	(1.313)
Outros passivos		75		(3.341)
Total das variações	40.081	36.751	66.256	69.369
Pagamento de juros e encargos financeiros		(9.299)		(9.299)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(58)	(1.084)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	39.297	36.284	53.891	61.389
Variações nos ativos e passivos das operações descontinuadas			(6.470)	(131.055)
Juros pagos das operações descontinuadas			(1.976)	(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos das operações descontinuadas			(554)	(2.896)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas		(9.839)	61.409	216.913
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(872)	(841)		
Redução de capital social em controladas	13.976	15.600	(9.317)	(10.400)
Titulos e valores mobiliários			16.086	
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2.472	1.253	248	419
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	15.576	16.012	7.017	(9.981)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nas operações descontinuadas			(13.666)	(149.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos		(54.664)		(54.664)
Arrendamento mercantil	(551)	(233)	(551)	(233)
Partes relacionadas		(1.726)		
Pagamento de dividendos a não controladores			(1.483)	(557)
Aumento de capital social realizado por não controladores			19	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(551)	(56.623)	(2.015)	(55.454)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos nas operações descontinuadas			(438)	(105.115)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação			(28.202)	(38.653)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	54.322	(14.166)	77.996	(80.832)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65.400	79.566	113.305	194.137
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	119.722	65.400	191.301	113.305
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	54.322	(14.166)	77.996	(80.832)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A OTP S.A. ("Companhia" ou "OTP" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, "Grupo"), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor").

(a) Contratos de Concessão

Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO")

A CRO, controlada indireta, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Conforme vinha sendo negociado, em 02 de maio de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a controlada OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias") concluiu da totalidade das ações da CRO à MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR") pelo valor de R\$ 1,00. Como parte do acordo, a MTPAR adquiriu os créditos detidos pelos credores da CRO; as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Rodovias foram liberadas; as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas; e parte do mútuo devido pela CRO à OTP Rodovias foi pago.

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")

A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos ("Contrato de PPP VLT GO"), contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP VLT GO, o que não ocorreu até o momento. A Companhia, por intermédio de terceiros, vinha prospectando potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO, no entanto como não houve evolução nesse processo, a Companhia permanece avaliando os trâmites necessários para eventual rescisão do Contrato de PPP VLT GO.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT RJ")

O VLT RJ, investida indireta, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, um Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos ("Contrato de PPP VLT RJ"). A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente.

Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias.

O contrato de financiamento celebrado pelo VLT RJ com o BNDES ("Contrato de Financiamento"), prevê a recomposição da Conta Suporte pelas Patrocinadoras do VLT RJ, em caso de insuficiência de saldo na referida conta. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por alguma Patrocinadora, as demais Patrocinadoras são chamadas a cobrir tal insuficiência e, ao fazê-lo, as acionistas/Patrocinadoras adimplentes adquirem automaticamente, com o valor aportado, as ações de titularidade da acionista cuja Patrocinadora tenha inadimplido com sua obrigação de suporte, por metade do valor patrimonial. Nessa sistemática, a acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua Conta Suporte fica sujeita à alienação compulsória das ações de sua titularidade para a acionista que promoveu a recomposição da Conta Suporte.

Seguindo esse mecanismo contratual, como a Administração do VLT RJ deixou de amortizar as parcelas devidas do Contrato de Financiamento, a acionista controladora, CIIS - Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"), empresa controlada da CCR S.A., passou a realizar aportes nas Contas Suportes, com a diluição das demais acionistas do VLT RJ, que não realizaram os correspondentes aportes. Dessa forma, a participação societária da OTP Mobilidade S.A. ("OM"), vinha sendo constantemente diluída, desde 2019, na medida em que a recomposição da Conta Suporte a ela vinculada está sendo realizada pela acionista CIIS.

Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado um procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta do VLT RJ, em face da CIIS e do VLT RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas do VLT RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária no VLT RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assumira e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do VLT RJ ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do VLT RJ, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes, bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT RJ e ratificado pelas suas acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, o VLT RJ apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, salientando que as Requerentes agiram em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital.

Em dezembro de 2021, a pedido das partes, o Tribunal deferiu o pedido de suspensão da Arbitragem, que ficou suspensa por um aproximadamente um ano.

Em 28 de fevereiro de 2023, foi assinado contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças para a alienação da participação societária detida pela OM, além da liberação de todas as obrigações e garantias assumidas, junto ao BNDES no VLT RJ, pela Companhia e pela OM, sujeito a condições suspensivas.

Diante disso, em 28 de fevereiro de 2023, o Tribunal Arbitral deferiu, a pedido das partes, a suspensão do procedimento arbitral até o final do prazo para cumprimento das condições suspensivas do Contrato de compra e venda, comprometendo-se as partes a comunicar imediatamente o Tribunal Arbitral a eventual verificação das condições suspensivas no prazo a elas aplicáveis e o eventual fechamento da transação acima mencionada, com o consequente pedido de extinção do procedimento arbitral.

Em 14 de julho de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, foi concluída a alienação da totalidade das ações da VLT RJ detidas pela OM para a CCR. Com isso, as garantias prestadas pela Companhia, OM e Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui") no âmbito dos financiamentos do VLT RJ foram liberadas, tendo sido dada quitação das obrigações constantes do Acordo de Acionistas do VLT RJ, com a consequente extinção do processo de arbitragem.

Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")

A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do contrato celebrado junto ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE") para arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem.

A Agrovia celebrou Contrato de Arrendamento nº 029/2012 ("Contrato de Arrendamento") cujo objeto era a construção, transferindo a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na ZIP de Suape para a Companhia. O contrato foi celebrado com prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do Terminal, uma vez que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração da Agrovia decidiu paralisar as operações do Terminal.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, em 27 de agosto de 2019, foi protocolado o pedido de rescisão do Contrato de Arrendamento junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”). O pedido foi recebido pelo Poder Concedente de forma amigável e considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados e não amortizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovía.

Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a “Medida Cautelar” administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e de relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas.

Em continuidade à esse processo, em 01 de dezembro de 2021, foi concluída a análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), que deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, considerando o valor de R\$ 42.312 a ser ressarcido à Agrovía (na data base de agosto de 2020), líquido da quitação das obrigações de pagamento de movimentação mínima contratual (“MMC”) não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial, e da quitação das obrigações de pagamento de arrendamento variável, ficando a cargo do Ministério da Infraestrutura a definição da melhor forma da liquidação dos valores e a avaliar a pertinência da declaração de caducidade do Contrato de Arrendamento.

O processo seguiu para avaliação pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão (“DGCO”) da SNPTA, que elaborou uma minuta do Termo de Rescisão, o qual foi submetido à análise, sob o aspecto formal, pela Consultoria Jurídica (“CONJUR”) da SNPTA. A minuta do Termo de Rescisão prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovía por SUAPE.

Da instrução da DGCO/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade e reconhecimento do crédito devido à Agrovía, conforme apurado pela ANTAQ, ao qual será aplicado a devida correção contratual, quando do seu pagamento.

A Administração da Agrovía espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de rescisão que possam afetar de forma significativa as suas demonstrações contábeis.

(b) Capital Circulante Líquido (“CCL”)

Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante o montante de R\$ 1.021.373 e R\$ 1.029.602 (31 de dezembro de 2022: R\$ 875.978 e R\$ 870.691), respectivamente. Em 31 de dezembro 2022, o saldo consolidado deixou de refletir a posição de CCL negativo da CRO, no montante de R\$ 930.251, tendo em vista que o investimento passou a ser classificado em Ativo não Circulante Mantido para Negociação.

A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua hígidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a reestruturação financeira das dívidas e negociação com a Autoridade Portuária de Suape para recebimento da indenização referente a devolução amigável da concessão da Agrovía, já tendo concluídas a alienação do controle acionário da CRO e a alienação da participação no VLT RJ, com a liberação das garantias outorgadas no âmbito dos contratos de financiamentos, conforme detalhado anteriormente.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações e Eventos Societários Relevantes

Recuperação judicial da Rio Trens Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“RTP”)

Em 07 de junho de 2021, a RTP e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”) (“Grupo RTP”), investidas indiretas da Companhia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial.

O pedido teve como principais objetivos: (i) a adoção de medidas necessárias à reestruturação global do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; (ii) a preservação de empregos, diretos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo RTP, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômico-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e (iii) a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da Supervia, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação.

Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 9 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal.

Nesse contexto, através do Decreto Estadual 48.325 de 13/01/2023, o Governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, pelo período de 12 meses, a partir de 02/02/23, a tarifa social no valor de R\$ 5,00, para passageiros da Supervia habilitados no Programa Bilhete Único Intermunicipal (BUI).

Em 02 de janeiro de 2024, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a Deliberação da Agetransp no 1.352, de 21 de dezembro de 2023, onde foi homologada a nova tarifa de referência para o sistema ferroviário de passageiros no período 2024/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos).

Em 31 de janeiro de 2024, foi publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Decreto Estadual no 48.938 de 30 de janeiro de 2024, prorrogando o valor da tarifa social e temporária do serviço público de transporte ferroviário, em R\$ 5,00 (cinco reais), até o dia 01 de fevereiro de 2025.

(d) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação

A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017. Neste contexto, conforme mencionado no item (a) desta Nota, concluiu, em 2023, a alienação da participação detida na CRO. Além disso, em 01 de dezembro de 2023, foi firmado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a alienação das ações detidas pela Companhia na Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024. Devido ao avanço das negociações, o valor correspondente à participação societária detida na CLN foi reclassificado para Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2023.

Em 2022, em decorrência das negociações que estavam em andamento à época, os saldos de ativos e passivos da CRO passaram a ser apresentados nas rubricas de “Ativos não circulante mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação”, no Balanço patrimonial. De forma similar, os resultados e fluxos de caixa dos exercícios, passaram a ser apresentados

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em rubrica de “Operações descontinuadas”, na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente.

O registro vinha sendo contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 10.

Operações Descontinuadas

Tendo em vista a paralisação das atividades da Agrovía desde agosto de 2021, conforme descrito nesta, no item 1(a) acima, os resultados da Agrovía estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados dos exercícios no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos “Ativos não circulantes mantidos para negociação”.

Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovía continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir:

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	55	80	Fornecedores e contas a pagar	1.760	1.758
Tributos a recuperar	5	2.171	Debêntures	74.924	63.306
	60	2.251	Obrigações sociais e trabalhistas	54	30
			Impostos, taxas e contribuições sociais	248	207
				76.986	65.301
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Imobilizado	56.256	54.089	Partes relacionadas	3.707	3.363
Intangível	1	5	Impostos, taxas e contribuições sociais	147	413
	56.257	54.094		3.854	3.776
			Total do passivo	80.840	69.077
			Passivo a descoberto		
Total do ativo não circulante	56.257	54.094	Capital social	65.069	64.197
			Prejuízos acumulados	(89.592)	(76.929)
				(24.523)	(12.732)
Total	56.317	56.345	Total	56.317	56.345

(e) Compliance

A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

(f) Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”)

Ao longo da década iniciada em 1990, algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da CSLL, embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do IRPJ haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

Em 2007 houve julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (“ADI 15”) na qual o STF reconheceu a constitucionalidade da CSLL e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários (“RE”) 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, para que o STF apreciasse o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos – não só sobre CSLL – recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos a partir do pronunciamento do STF em sentido contrário (não houve modulação dos efeitos).

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final, transitada em julgada, de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão posterior contrária do STF, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal.

Assim os pressupostos para que os processos já transitados em julgado deixem de produzir seus efeitos passam a ser:

- A Companhia tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão anterior obtida pela Companhia em momento posterior ao do trânsito em julgado.

Como resultado do julgamento acima abordado, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF proferida no dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos negativos relevantes em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. Resumo das Principais Políticas Materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2024.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, as empresas controladas em conjunto e as empresas coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social(%)	
		2023	2022
OTP Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,59	95,51
OTP Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
Companhias consolidadas indiretamente			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO") (*)	Brasil		100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	42,00	42,00

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos da CRO encontravam-se apresentados em "Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação" e "Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação", cujos efeitos estão demonstrados na Nota 10. Além disso, os resultados e fluxos de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram classificados de forma aglutinada na rubrica de operações descontinuadas, conforme mencionado na Nota 1 (d).

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.5. Ativo Intangível

Os ativos intangíveis são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.6. Benefícios a Empregados

a) Participação nos Lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em consideração o atingimento de metas previamente definidas. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

b) Obrigações de Aposentadoria

O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 - Benefícios a Empregados.

2.7. Adoção inicial de novas normas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não impactaram significativamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a saber:

- a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros;
- b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e;
- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a sua vigência é partir de 1º de janeiro de 2024, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2);
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26;

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) e;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2).

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações.

c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis

A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias

A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo.

4.2. Gerenciamentos de Riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

a) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de Crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes.

c) Risco de Mercado/Taxas de Juros

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas contratadas estão sujeitas às variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e do Certificado de Depósito Bancário ("CDI").

Em sua maioria, as investidas operacionais também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA.

4.3. Gestão de Capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos.

O Grupo monitora a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total.

O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.215.005	1.045.645
Caixa e equivalentes de caixa	6	(191.301)	(113.305)
Títulos e valores mobiliários	7	(131.679)	(126.431)
Dívida Líquida		892.025	805.909
Passivo a descoberto	16	(898.813)	(692.387)
Total do capital próprio e de terceiros		(6.788)	113.522
Índice de alavancagem financeira - %		-13141%	710%

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Consolidado			
	2023		2022	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	6	191.301		113.305
Títulos e valores mobiliários	7	131.679	126.431	
Demais contas a receber	8			68.155
Outros ativos		9.635		9.019
	131.679	200.936	126.431	190.479
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.215.005		1.045.645
Fornecedores	9	2.589		2.331
Arrendamento mercantil operacional	14	26.049		23.858
Partes relacionadas	9	67.526		49.822
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		11.316		19.954
		1.322.485		1.141.610

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	106	138	473	1.395
Aplicações financeiras	119.616	65.262	190.828	111.910
	119.722	65.400	191.301	113.305

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 95 % e 100% do CDI (2022 - 93% e 127% do CDI).

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 131.679 (2022 – R\$ 126.431) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”).

A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado pela OTP Rodovias em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou as suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação das cotas do FIP OTP CRB foi de R\$ 21.334 (2022 - R\$ 7.498), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB, tendo sido a Companhia recebido o montante de R\$ 16.086 decorrente da distribuição de dividendos pela CRB ao FIP.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Demais Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Linha Universidade S.A.		38.858		68.155
		38.858		68.155

A Companhia e a sua controlada OM possuíam valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP").

Tais valores decorriam dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, através da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores eram devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construcción S.A., dividido em 4 parcelas anuais, remuneradas a 3% a.a., sendo as últimas parcelas, nos montantes de R\$ 39.746 e R\$ 29.967 recebidas pela OTP e pela OM em outubro de 2023.

9. Partes Relacionadas

(i) Saldos e Transações com Empresas Ligadas

	Controladora				
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Agrovia (a)			3.707		
CBPO Engenharia Ltda ("CBPO") (b)	279				
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)					
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.166			274	
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	73			1	
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)					58.709
OTP Mobilidade S.A. ("OM") (a) (b) (d)	1.907	1.553	1.585		
OTP Rodovias (e)				17	38.767
OM Linha 6 (b)	7				
Vexty S.A. (b)				33	
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	3.432	1.553	5.292	325	97.476
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	4.077	4.125	4.765	786	88.589

	Consolidado					
	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	Resultado
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Dividendos a receber	Fornecedores	Dividendos a pagar	Partes relacionadas	Outros passivos
CBPO Engenharia Ltda ("CBPO") (b)	314					
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)						
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.486		491			
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	100		1			
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)					58.708	
Guaraná Urban Mobility Incorporated ("GUMI") (f)				1.035		6.390
Gumi Brasil Participações S.A. (g)						
Novonor S.A. (b)	12					
Sitpar Participações S.A. (g)						2.427
Vexty S.A. (b)			52			
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	1.912		544	1.035	58.708	8.817
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	2.452	1.492	290	1.755	49.822	8.817

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas no Ativo (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovia e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Os valores apresentados em Outras contas a receber e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.
- (c) Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da aquisição de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia.
- (d) Os valores apresentados em Dividendos a Receber referem-se a dividendos e/ou juros sobre capital próprio, aprovados pelas investidas, a favor da Companhia, conforme apresentado na Nota 11(d). Em 31 de dezembro de 2023, os valores a receber da investida CLN foram reclassificados para Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10 (a)).
- (e) O valor apresentado em Partes relacionadas no Passivo (na Controladora) decorrem de operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação das participações detidas nas Concessionárias Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN") e Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia.
- (f) Refere-se a dividendos a pagar pela OM ao acionista não controlador, conforme descrito na Nota 11(d).
- (g) Valor devido pelo VLTGO em decorrência dos dispêndios incorridos pelos acionistas no processo de licitação.

(ii) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - Consolidado

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, no exercício, totalizaram:

	2023	2022
Salários	10.477	5.042
Encargos	2.095	1.008
Previdência complementar	86	42
Outros	61	35
	<u>12.719</u>	<u>6.127</u>

10. Ativos Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovía e a reclassificação dos investimentos na CLN e na CRO para "Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação", mencionados na Nota 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessas empresas passaram a ser apresentados de forma aglutinada na Demonstração do resultado e os ativos e passivos correspondentes alocados em rubricas específica no balanço patrimonial consolidado, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir:

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Saldo Patrimonial

Ativo	Ativos não circulantes mantidos para negociação		Passivo	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	
	2023	2022		2023	2022
	OTP	CRO		OTP	CRO
Caixa e equivalentes de caixa		27.548	Fornecedores		17.549
Contas a receber		28.568	Empréstimos e financiamentos		953.074
Dividendos a receber	2.787		Partes relacionadas		387
Tributos a recuperar		3.144	Impostos, taxas e contribuições sociais		8.269
Outros ativos		13.266	Obrigações sociais e trabalhistas		12.062
Ativo circulante	2.787	72.526	Outros passivos		12.247
			Passivo circulante		1.003.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.647	Provisão para perdas ao valor recuperável de investimentos		945.543
Outros ativos		5.743	Provisão para contingências		2.684
Investimentos	2.668		Outros passivos		174.878
Imobilizado		1.529	Passivo não circulante		1.123.105
Intangível		2.020.248			
Ativo não circulante	2.668	2.054.167	Total do passivo		2.126.693
Total do ativo	5.455	2.126.693	Total do passivo e patrimônio líquido		2.126.693

Com a alienação da CRO em maio de 2023, os saldos ativos e passivos da controlada foram baixados integralmente, em decorrência da alienação da participação societária pela OTP Rodovias.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2023							2022						
	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação				Ativos não circulantes mantidos para		Operação descontinuada			Total de efeitos	
	OTP	Agrovia	Eliminações	OTP	OTP Rodovias	CRO	Eliminações	CRO	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	Total de efeitos	
Operações descontinuadas														
Receita líquida						188.980		188.980					635.296	635.296
Custo dos serviços prestados		(4)				(103.687)	535	(103.156)	(382.020)		(4)		(382.024)	(382.024)
Lucro (prejuízo) bruto		(4)				85.293	535	85.824	253.276		(4)		253.272	253.272
Despesas gerais e administrativas		(695)				(14.156)		(14.851)	(44.593)	11.073	(807)		(34.327)	(34.327)
Outras despesas, líquidas				67.663	(57.999)	152		9.816	881				881	881
Resultado operacional		(699)		67.663	(57.999)	71.289	535	80.789	209.564	11.073	(811)		219.826	219.826
Equivalência patrimonial	(12.100)		12.100		7.069		(7.069)			(63.034)	(10.297)		(63.034)	(63.034)
Resultado financeiro líquido	343	(11.963)		3.524		(60.200)		(68.296)	(136.223)	458	(9.972)	10.297	(145.737)	(145.737)
Resultado antes do imposto	(11.757)	(12.662)	12.100	71.187	(50.930)	11.089	(6.534)	12.493	73.341	(51.961)	(9.839)	(10.783)	11.055	11.055
Imposto de renda e contribuição social						(4.020)		(4.020)	(10.307)				(10.307)	(10.307)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.757)	(12.662)	12.100	71.187	(50.930)	7.069	(6.534)	8.473	63.034	(51.961)	(9.839)	(10.783)	748	748
Participação dos acionistas não controladores			562					562					486	486
	(11.757)	(12.662)	12.662	71.187	(50.930)	7.069	(6.534)	9.035	63.034	(51.961)	(9.839)	(10.783)	1.234	1.234

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2023								2022					
	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação				Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada			Total de efeitos	
	OTP	Agrovia	Elimina- ções	OTP	OTR Rodovias	CRO	Elimina- ções	Total de efeitos	CRO	Elimina- ções	OTP	Agrovia		Elimina- ções
Fluxos de caixa das atividades operacionais														
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(11.757)	(12.662)	12.100	71.187	(50.930)	11.089	(6.534)	12.493	73.341	(51.961)	(9.839)	(10.783)	10.297	11.055
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício														
Depreciação e amortização		4				23.225		23.229	66.906			5		66.911
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	(343)	11.961		(3.524)		60.799		68.893	172.183		(458)	9.971		181.696
Resultado de equivalência patrimonial	12.100		(12.100)		(7.069)		7.069			63.034	10.297		(10.297)	63.034
Provisão para conserva						(23.592)		(23.592)	8.662					8.662
Baixa de investimentos				(67.663)	57.999			(9.664)						
Baixa de imobilizado e intangível									71.630					71.630
Outros						(415)	(535)	(950)	2.634					2.634
Total de ajustes para reconciliação	11.757	11.965	(12.100)	(71.187)	50.930	60.017	6.534	57.916	322.015	63.034	9.839	9.976	(10.297)	394.567
Varição nos ativos e passivos		(200)				(6.270)		(6.470)	(131.055)					(131.055)
Caixa proveniente das operações		(897)				64.836		63.939	264.301	11.073		(807)		274.567
Juros pagos						(1.976)		(1.976)	(54.758)					(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos						(554)		(554)	(2.896)					(2.896)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		(897)				62.306		61.409	206.647	11.073		(807)		216.913
Fluxos de caixa das atividades de investimentos														
Adições ao imobilizado						(9)		(9)	(137)					(137)
Adições ao intangível						(33.657)	20.000	(13.657)	(150.635)					(150.635)
						(33.666)	20.000	(13.666)	(150.772)					(150.772)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento														
Amortização de empréstimos e financiamentos									(102.869)					(102.869)
Pagamento de custos de transação						(438)		(438)	(1.990)					(1.990)
Partes relacionadas									(19.232)					(19.232)
Aumento de capital social		872	(872)						18.976			841		19.817
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		872	(872)			(438)		(438)	(105.115)			841		(104.274)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação						(28.202)		(28.202)	49.240	(11.073)		(34)		38.133
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(25)	(872)				20.000	19.103						

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Investimentos

a) Informações sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações integralizadas pela OTP		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Agrovia do Nordeste S.A.	55.653.447	54.781.447	95,59	95,51	(24.527)	(12.734)	(12.658)	(4.968)
OTP Mobilidade S.A.	24.932.530	38.908.259	60,00	60,00	40.033	68.324	(3.091)	2.401
OTP Rodovias S.A.	1.273.695.539	1.202.509.106	100,00	100,00	205.932	173.137	(38.391)	(5.258)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	15.091	70.936	(55.845)	(4.377)

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

	Saldo no início do exercício	Adições	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Operações des- continuadas	Dividendos	Reclassi- ficação	Saldo no final do exercício
Investimentos									
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN") (*)	2.668							(2.668)	-
OTP Mobilidade S.A.	40.994		(13.976)	(1.854)			(1.144)		24.020
OTP Rodovias S.A.	173.137	71.186		(38.391)					205.932
OTP SPV Participações S.A.	70.936			(55.845)					15.091
	287.735	71.186	(13.976)	(96.090)			(1.144)	(2.668)	245.043
Provisão para perda de investimento									
Agrovia do Nordeste S.A.	(12.162)	872			(55)	(12.100)			(23.445)
	(12.162)	872			(55)	(12.100)			(23.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	275.573	72.058	(13.976)	(96.090)	(55)	(12.100)	(1.144)	(2.668)	221.598
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318.402	841	(15.600)	(15.687)	547	(10.297)	(2.633)		275.573

(*) A Companhia é detentora de 266 ações preferenciais, sem exercer influência sobre a investida. Devido ao avanço no processo de negociação para a alienação dessas ações, o valor correspondente foi reclassificado para Ativos não circulantes mantidos para negociação, juntamente com o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber destacado no item (d) a seguir e conforme apresentado na Nota 10 (a).

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentações Societárias – Controladora

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia subscreveu 956.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovía, no valor de R\$ 956, tendo integralizado, em moeda nacional corrente, 872.000 ações, no montante de R\$ 872. Os recursos foram destinados à cobertura de despesas ordinárias da controlada.

Em 23 de dezembro de 2022, havia sido aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 23.293, com o cancelamento de 23.292.881 de ações, mediante devolução em moeda corrente, cujos montantes foram reconhecidos e pagos em 01 de fevereiro de 2023, sendo R\$ 13.976 para a Companhia e R\$ 9.317 para a Gumi.

Em 3 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R\$ 27.379, com o cancelamento de 27.379.217 de ações, mediante devolução em moeda corrente, sendo R\$ 16.428 para a Companhia e R\$ 10.952 para a Gumi, a ser reconhecida e paga em 2024.

Em 02 de maio de 2023, no contexto da alienação de controle da CRO, a Companhia subscreveu 71.186.433 emitidas pela OTP Rodovias, no montante de R\$ 71.186, mediante integralização com créditos de mútuos a receber da CRO.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - Controladora

	OM	CLN	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.633	1.492	4.125
Recebimento de dividendos (i) / (ii)	(2.224)	(248)	(2.472)
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)		248	248
Dividendos adicionais (iii)	1144	1.295	2.439
Reclassificação - Ativo não circulante mantido para negociação		(2.787)	(2.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.553		1.553
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.633	1.492	4.125

- (i) Em 01 de fevereiro de 2023, ocorreu o pagamento de dividendos devidos pela OM aos seus acionistas sendo R\$ 2.224 para a Companhia e R\$ 1.483 para a Gumi.
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado apurado no exercício 2022, que foram aprovados pela CLN em Assembleia Geral Ordinária e pagos em 2023.
- (iii) Dividendos adicionais propostos pela CLN que foram aprovados pela CLN deliberou em Assembleia Geral Extraordinária.
- (iv) Em 10 de maio de 2023, foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária, a destinação de dividendos por parte da OM, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.588, sendo R\$ 1.553 a favor da Companhia e R\$ 1.035 a favor da Gumi. O montante aprovado foi superior aos dividendos mínimos obrigatórios que haviam sido propostos pela OM em 31 de dezembro de 2022, tendo sido complementados os montantes respectivos de R\$ 1.144 e R\$ 763.

e) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado

	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Impairment	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Reclassificação	Saldo no final do exercício
Investimentos								
CLN	2.668						(2.668)	
Rio Trens Participações S.A. ("RTP") (**)	70.936				(55.844)			15.092
Move SP (*)	4.846				(455)			4.391
VLT RJ (***)				138	(138)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.450			138	(56.437)		(2.668)	19.483
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.576	12.666	(27.099)	13.845	(10.517)	979		78.450

- (*) Participação societária detida pela controlada indireta OML6 na Move SP, que permanecerá ativa até a efetivação dos seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(**) Participação residual indireta na RTP, controladora da Supervia, detida pela OTP SPV, após a alienação do controle.

(***) Investimento alienado de 14 de julho de 2023, conforme descrito na Nota 1. Como não havia expectativa para a sua recuperabilidade, o ativo já considerava *impairment* integral, não sendo apurado perdas adicionais em decorrência da alienação.

12. Imobilizado – Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Direito de uso (*)	Total
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	87.059
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(16.770)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	29.973	26.626	298	971	12.421	70.289
Remensuração de contrato (**)					6.047	6.047
Baixas, líquidas de depreciação	(277)	(1.021)	(6)		(15)	(1.319)
Depreciação		(34)	(42)		(1.981)	(2.057)
Mantidos para negociação (***)	(183)	(927)	(184)	(971)		(2.265)
Saldo	29.513	24.644	66		16.472	70.695
Custo	31.674	30.030	700	95	22.265	84.764
Depreciação acumulada	(2.161)	(5.386)	(634)	(95)	(5.793)	(14.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.513	24.644	66		16.472	70.695
Baixas de ativos (custo)	(18)	(205)	(536)	(95)		(854)
Baixas de depreciação	17	192	528	95		832
Reclassificação	973	1.194	(1)			2.166
Depreciação		(23)	(36)		(1.981)	(2.040)
Saldo	30.485	25.802	21		14.491	70.799
Custo	32.629	31.019	163	-	22.265	86.076
Depreciação acumulada	(2.144)	(5.217)	(142)	-	(7.774)	(15.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.485	25.802	21		14.491	70.799
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	10	25		

(*) Representa os direitos de uso relativos a contratos de arrendamento mercantil.

(**) Reflexo do ajuste de mensuração de contrato de arrendamento, devido a alteração no fluxo de pagamentos.

(***) Refere-se aos saldos da controlada CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Corporativo (a)	1.140.081	982.339	1.140.081	982.339
Captações estruturadas (b)			74.924	63.306
	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	982.339	911.413	1.045.645	1.915.467
Amortização de principal		(54.664)		(54.664)
Apropriação de juros	157.742	134.889	169.360	144.403
Pagamento de juros		(9.299)		(9.299)
Mantidos para negociação (i)				(950.262)
Saldo final	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645

(i) Refere-se aos saldos da controladas CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

a) Corporativo

A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 270.114 (2022 - R\$ 229.747), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R\$ 869.967 (2022 - R\$ 752.592), com remuneração de CDI + 2,28% a.a.

A Companhia e o Banco do Brasil encontram-se em processo de negociação quanto à formalização da postergação do prazo de vencimento da dívida. Quanto às debêntures privadas subscritas pelo Bradesco, a última prorrogação definiu novo vencimento dia 22 de novembro de 2023, estando os efeitos dos eventos de inadimplemento suspensos até o dia 17 de maio de 2024, conforme aprovado em AGD realizada no dia 18 de março de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R\$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações contábeis da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("waiver").

b) Captações Estruturadas

A Agrovía emitiu debêntures para a construção de infraestrutura, no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a., cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 74.924 (2022 - R\$ 63.306).

A última prorrogação do vencimento para 13 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") celebrada em 11 de julho de 2023. A Agrovía, em conjunto com a OTP, está em avançada negociação amigável com o debenturista para a formalização de uma nova prorrogação e eventual liquidação ao longo de 2024.

c) Custo de Transação

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Garantias

- (i) O contrato de financiamento da CRO com a CEF e o Contrato de Prestação de Garantias com os Bancos Credores possuíam garantias fidejussória e fiança corporativa da OTP e da OTP Rodovias, alienação fiduciária das ações de emissão da CRO e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, decorrentes do projeto de adiantamentos para futuro aumento de capital e de mútuos subordinados, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias foram liberadas.
- (ii) Para garantir as obrigações decorrentes da emissão de debêntures da Agrovía, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) fiança corporativa da OTP, (b) alienação fiduciária das ações de emissão da Agrovía, (c) cessão fiduciária sobre os direitos creditórios emergentes do projeto da Agrovía, (d) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (e) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (f) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas.
- (iii) Para garantir as obrigações decorrentes os empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e a emissão de debêntures da OTP, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (b) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (c) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Destaque que com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das referidas dívidas corporativas, bem como que, em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas.
- (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* (“ESA”) para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 14 de julho de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações, as garantias vinculadas à VLT RJ foram liberadas.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Arrendamento Mercantil Operacional

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	23.858	15.566	23.858	27.413
Amortização	(551)	(233)	(551)	(233)
Remensuração de contrato (*)		6.047		6.047
Baixas (*)		(13)		(13)
Apropriação das despesas financeiras	2.742	2.491	2.742	2.491
Mantidos para negociação (**)				(11.847)
Saldo final	26.049	23.858	26.049	23.858
Passivo circulante	686	424	686	424
Passivo não circulante	25.363	23.434	25.363	23.434
Saldo final	26.049	23.858	26.049	23.858

(*) Ajuste de remensuração de contrato, decorrente de alteração no fluxo de pagamentos.

(**) Refere-se ao efeito do saldo inicial da controlada CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado na rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual monta em 11,58%.

15. Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias

A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.439	1.286	1.485	1.286
Passivo não circulante	1.439	1.286	1.485	1.286

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente.

Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 5.699 (31 de dezembro de 2022, incluindo CRO - R\$ 19.505).

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2023	2022	2023	2022
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	<u>214.666.816</u>	<u>214.666.816</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2023	2022
Saldo inicial	31.373	30.826
Ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	(55)	547
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida (**)	195	
Saldo final	<u>31.513</u>	<u>31.373</u>

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovía.

(**) Realização dos efeitos decorrentes do VLT RJ, tendo em vista a alienação do investimento.

c) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a ser absorvidos.

17. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos				(11.708)
Depreciação e amortização	(2.012)	(2.022)	(2.044)	(2.061)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.542	1.499	1.542	1.499
Gastos com pessoal	(8.802)	(6.861)	(17.068)	(15.173)
Seguros		(243)		(243)
Serviços de terceiros	(2.418)	(1.315)	(10.062)	(4.954)
Outras despesas	(254)	(1.408)	(561)	(1.101)
	<u>(11.944)</u>	<u>(10.350)</u>	<u>(28.193)</u>	<u>(33.741)</u>
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados				
Gerais e administrativas	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)
Outras receitas e despesas, líquidas	1.288	1.507	981	(10.120)
	<u>(11.944)</u>	<u>(10.350)</u>	<u>(28.193)</u>	<u>(33.741)</u>

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas com juros	11.085	9.953	15.309	12.509
Variações monetárias	1.187		1.866	150
Ajuste de valor justo			21.334	(7.498)
Outras	118		122	
	12.390	9.953	38.631	5.161
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.742)	(2.513)	(2.742)	(2.513)
Despesas com juros	(166.656)	(141.396)	(166.729)	(143.165)
Outros	(760)	10.471	(1.353)	11.692
	(170.157)	(133.438)	(170.734)	(133.986)
Resultado financeiro, líquido	(157.767)	(123.485)	(132.103)	(128.825)

19. Prejuízo por Ação - Consolidado

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(206.349)	(159.361)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,96)	(0,74)

20. Eventos Subsequentes

Entrada de recursos para a Companhia

Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 16.428 e R\$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023.

Alterações na legislação tributária

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

OTP S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

* * *